



Ata da Assembleia de Freguesia do Marmeleiro

Ata nº7

Aos dezassete dias, do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no edifício sede da Junta de freguesia do Marmeleiro, a Assembleia de freguesia do Marmeleiro reuniu em sessão ordinária, tendo estado presentes na reunião convocada pelo presidente da assembleia de freguesia, Manuel Alves, o próprio, a primeira secretária, Sílvia Pereira, a segunda secretária, Cecília Clemote, e os restantes vogais, David Cairrão, Helena Gonçalves, Joaquim Alves e José Escada.

Compareceram ainda, os membros do executivo, o Presidente da Junta de freguesia, David Barbeira, assim como o secretário, Marco Pires Ginete, não estando presente a tesoureira, Brigida Moutinho.

A mesma assembleia foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:

Manuel Alves, abre a sessão, começando por ler a ordem de trabalhos constante na convocatória.

PONTO UM – Período antes da ordem do dia

Ponto 1.1. Leitura da ata da assembleia anterior;

Sílvia Pereira, primeira secretária lê a ata, tendo sido a mesma assinada por esta, pelo presidente da assembleia, e pela segunda secretária.

Ponto 1.2.- Período de intervenção ao público;

Helena Gonçalves inscreve-se na sessão.

Começa por expressar desilusão por ser uma reunião ordinária e não haver comparência da tesoureira.

Ainda na posse da palavra, Helena sugere que sejam retirados alguns pontos da ordem de trabalhos, começa por sugerir que seja retirado o ponto 2.2) «Discussão e votação da venda de parte do terreno anexo ao cemitério do Penedo da Sé», porque o imóvel ainda não pertence a junta de freguesia, como tal não faz sentido discutir a venda de património que não é pertencente à junta de freguesia, e a mesma considera prudente apenas discutir o assunto aquando da venda do imóvel estar concluída.

Sugere ainda a retirada do ponto 2.3) «Apreciação e votação do orçamento para o ano de 2022», uma vez que o mesmo está datado a Junho e o presente mês é Dezembro.

Sugere ainda que seja retirado o ponto 2.4) «Apreciação, discussão e votação do orçamento e plano plurianual de investimentos para ano de 2023» a mesma considera que não faz sentido fazer este ponto uma vez que o orçamento de 2022 não está aprovado.



PONTO DOIS – Período da Ordem do dia

Manuel Alves, deu início à sessão e expôs a ordem de trabalhos.

Ponto 2.2. Discussão e votação da venda de parte do terreno anexo ao cemitério do Penedo da Sé;

Toma a posse da palavra David Barbeira, o mesmo explica que pede a autorização para a venda, aquando se possa realizar, independentemente de estar ou não em nome da junta de freguesia neste momento.

Explica ainda que existem pessoas interessadas na compra do terreno e que o intuito é de a situação ficar aceite pela assembleia, para que aquando da legalização do terreno seja possível concluir a venda.

Helena Gonçalves questiona o mesmo acerca de legalidade de autorizar a venda de um terreno que não é da junta de freguesia.

Helena explica também que na próxima reunião se o terreno já estiver no nome da junta de freguesia o mesmo ponto deve ser discutido, independentemente de ser numa reunião ordinária, ou extraordinária, mas que no presente dia não é legal que seja aprovada a venda de algo que ainda não está registado em nome da junta de freguesia.

David Barbeira explica que a venda só seria concluída quando o terreno estivesse no nome da junta de freguesia, e mostra o projeto do cemitério novo no Penedo da Sé.

Realizou-se uma votação para a retirada do ponto da ordem de trabalhos, tendo a mesma 6 votos a favor da retirada do ponto e uma abstenção.

Não havendo mais nada a discutir Manuel Alves deu seguimento à ordem de trabalhos.

Ponto 2.3. Apreciação e votação do orçamento para o ano de 2022;

Marco Ginete toma a posse da palavra e explica a retificação que foi feita ao orçamento de 2022 por existirem rubricas novas que não existiam na altura que o mesmo orçamento foi aprovado sendo essas: «Transferência de competências» redução do valor; «Acordo de execução» que foi anulado, «meio-tempo» e o aumento do «Fundo de financiamento das freguesias».

Manuel Alves considera que era importante o contabilista da junta de freguesia estar presente na mesma reunião a título de ajudar a esclarecer este ponto.

Helena Gonçalves questiona o porquê de o mesmo documento vir datado com uma data que não corresponde ao presente dia.

Marco Ginete esclarece que o mesmo documento também poderá ser datado com a presente data.

Manuel Alves sugeriu que o contabilista deveria estar presente para esclarecimento mais cabal do referido documento.



José Escada interrompe clarificando os presentes de que assinar um documento com a data errada é considerada «falsificação de documentos».

Marco Ginete explica que a situação do «meio-termo» ainda não está resolvida e possivelmente serão precisas novas alterações, situação que irá arrastar-se até ao ano de 2023.

Helena Gonçalves pede que se chegue a um consenso e explica que aquilo que a deixa revoltada é o facto de ter existido uma reunião no mês de setembro e não ter sido discutido este ponto. A mesma clarifica que não descredita da palavra do executivo, no entanto considera que as coisas sejam feitas dentro da legalidade.

David Barbeira esclarece os presentes, de que os membros do executivo assinaram a documentação, com a data de Junho.

Realizou-se uma votação para a retirada do ponto da ordem de trabalhos, sendo que houve 3 votos a favor da retirada e 4 votos contra a retirada do mesmo.

Helena Gonçalves explica que o voto contra é apenas pela data errada do documento.

Toma a posse da palavra Joaquim Alves, justificando o voto contra, por ter existido uma reunião no mês de setembro e não ter sido apresentada esta alteração ao orçamento.

José Escada justifica o seu voto contra com os mesmos motivos citados antes, e considera ilegal assinar um documento datado a «30 de Julho de 2022», sendo que a presente data é de «17 de Dezembro de 2022».

Manuel Alves pede que sejam realizadas reuniões extraordinárias para que este tipo de situações possam ser resolvidas com tempo e serenidade o mesmo considera ainda que é de bom senso que situações como esta sejam devidamente retificadas.

A apreciação e votação do orçamento para o ano 2022 foi aprovado.

Por nada mais haver a tratar Manuel Alves deu continuidade à ordem de trabalhos.

Ponto 2.4. Apreciação, discussão e votação do orçamento e plano plurianual de investimentos para o ano de 2023;

Toma a posse da palavra Marco Ginete começando por explicar as grandes opções do plano do ano de 2023.

O mesmo explica que foram feitas duas candidaturas à «CCDRC», Escola primária da anexa Quinta de Gonçalo Martins no valor de 85,000€ (oitenta e cinco mil euros), e a casa mortuária da anexa Penedo da Sé no valor de 50,000€ (cinquenta mil euros) refere ainda que nenhuma foi ainda aprovada.



Explica também que o projeto para a escola primária da anexa Quinta de Gonçalo Martins é de que a mesma se crie na ideia de um museu, queijaria, integrada numa rota turística, e que a mesma até poderá levar a efeito para mesas de voto aquando de eleições.

Helena Gonçalves toma a posse da palavra e propõe a adição de três rubricas ao orçamento para o ano de 2023, «Manutenção e compostura do telhado do forno na anexa Penedo da Sé»; «Reparação do telhado do tanque na anexa Monte Brás, que considera estar em degradável estado» e «implementação de umas casas de banho publicas anexas ao ringue e a criação de condições para a exploração de bar».

A mesma considera 2000€ (dois mil euros) um custo elevado em software uma vez que a mesma conhece o «open office» que é gratuito.

Marco explica que a partir do dia 30 do presente mês todas as entidades publicas são obrigadas a ter um software para fatura digital, o que é mais dispendioso.

Helena Gonçalves sugere que utilizem o programa «colibri» por ser gratuito.

Marco Ginete explica ainda que irão realizar o mapeamento das ruas da freguesia e respetivos números de polícia, uma vez que é obrigatório por lei todos os cidadãos terem número de polícia e a junta de freguesia disponibiliza-se a fazê-lo.

O orçamento e plano plurianual de investimentos para o ano de 2023 foi aprovado com quatro votos a favor, um voto contra e duas abstenções.

Por nada mais haver a tratar Manuel Alves deu seguimento a ordem de trabalhos.

Ponto 2.5. Informação acerca da atividade da junta de freguesia.

Toma a posse da palavra Joaquim Alves questionando o executivo acerca da limpeza da rua do Araújo.

David Barbeira garante que no ano de 2023 será limpo.

David Barbeira parabeniza ainda Joaquim Alves, na qualidade de presidente do Grupo Social da Quinta de Gonçalo Martins, pelo sucesso da iniciativa "Mercados Nossos".

Manuel Alves explica a David Barbeira que considerou errado ser levado um valor aos conterrâneos aquando do dia da freguesia.

Joaquim Alves toma a posse da palavra propondo que futuramente fosse elaborada uma "ceia de natal" entre os membros da assembleia de freguesia e o executivo.

Por nada mais haver a tratar, Manuel Alves deu a reunião por concluída.

O PRESIDENTE



Manuel Alves

Manuel Alves

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

Silvia Pereira

Silvia Pereira

A SEGUNDA SECRETÁRIA

Cecília Clamote

Cecília Clamote

Membro da Assembleia

Membro da Assembleia

Membro da Assembleia

Membro da Assembleia

